

REGULAMENTO

Covid-19 PARA A RETOMA DA PRÁTICA COMPETITIVA

FUTEBOL | FUTSAL | FUTEBOL PRAIA

| ÉPOCA 2021/2022





*APROVADO EM
REUNIÃO DIREÇÃO*

Índice

Introdução.....	4
ARTIGO 1º Norma Habilitante.....	5
ARTIGO 2º Âmbito de aplicação.....	5
ARTIGO 3º Regras sanitárias gerais para realização de treinos e competições	5
ARTIGO 4º Plano de Contingência COVID-19	6
ARTIGO 5º Código de Conduta / Termo de Responsabilidade.....	7
ARTIGO 6º Presença de público, e Plano de testagem ao SARS-CoV-2.....	7
ARTIGO 7º Operações relacionadas com competições e media	11
ARTIGO 8º Participação em competições internacionais.....	12
ARTIGO 9º O impacto da COVID-19 nas competições.....	12
ARTIGO 10º Procedimentos perante caso positivo de COVID-19	13
ARTIGO 11º Procedimentos perante caso suspeito	13

Introdução

As presentes normas pretendem orientar e implementar medidas específicas e contextualizadas para a prática federada de futebol, futsal e futebol de praia, em conformidade com o risco de transmissão e exposição ao SARS-CoV-2.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2021 de 27 de novembro, estabeleceu a permissão da realização de eventos desportivos, desde que no cumprimento das orientações definidas pela DGS, designadamente quanto às condições de acesso.

A Orientação n.º 036/2020 de 25/08/2020 da Direção-Geral da Saúde (na sua versão mais atual) é o principal documento orientador para o “Desporto e Eventos Desportivos” em contexto de pandemia COVID-19, e classifica as modalidades de futebol, futsal, e futebol de praia de “risco médio” em relação à transmissão do SARS-CoV-2. Assim, pretende-se definir orientações específicas que minimizem o risco dos treinos e competições inerentes à época desportiva 2021/2022.

Adicionalmente, a Orientação 014/2021 de 30/11/2021 da Direção-Geral da Saúde (na sua versão mais atual) estabelece os aspetos da organização de “Eventos de grande dimensão” – aqueles que reúnam ou possam reunir a partir de 5.000 pessoas em local aberto ou de 1.000 pessoas em local fechado – incluindo eventos desportivos.

Neste sentido, por forma a garantir o cumprimento das mais recentes orientações da Direção-Geral da Saúde a Associação de Futebol de Viseu emite o seguinte regulamento específico para a prática competitiva de futebol, futsal e futebol de praia.

ARTIGO 1º Norma Habilitante

O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 10.º e nas alíneas a) e c) do número 2 do artigo 41.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas, aprovado do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de junho.

ARTIGO 2º Âmbito de aplicação

As normas do Regulamento aplicam-se a todos os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas, Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas, agentes desportivos e funcionários de apoio envolvidos em treinos de futebol, futsal e futebol de praia e em todas as competições tuteladas pela Associação de Futebol de Viseu.

ARTIGO 3º Regras sanitárias gerais para realização de treinos e competições

Na organização dos treinos e competições de futebol, futsal e futebol de praia, devem ser observadas as seguintes regras sanitárias gerais:

1. Todos os espaços, materiais e equipamentos utilizados em treinos e competições devem ser submetidos a limpeza e desinfeção (Orientações 014/2020 e 030/2020 da DGS);
2. Todas as pessoas que trabalham ou frequentam os espaços de treino e competição têm de cumprir com as regras de etiqueta respiratória, da lavagem correta das mãos, da utilização correta de máscara, assim como das outras medidas de higienização e controlo ambiental;
3. Deve-se providenciar a colocação de dispensadores de SABA (solução antisséptica de base alcoólica), junto às receções, entradas e saídas dos espaços desportivos e outros locais estratégicos;
4. Em todos os recintos desportivos deve-se evitar a agregação desordenada de pessoas em contexto de não realização de exercício físico e desporto;
5. É obrigatório o uso de máscara para o acesso ou permanência no interior dos recintos desportivos, exceto para os atletas (incluindo árbitros) em situação de realização de exercício físico;

6. Nos espaços fechados deve ser assegurada uma boa ventilação, preferencialmente com ventilação natural, através da abertura de portas ou janelas. Pode também ser utilizada ventilação mecânica de ar (sistema AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado). Nestes casos, deve ser garantida a limpeza e manutenção adequadas e a renovação do ar dos espaços fechados, por arejamento frequente e/ou pelos próprios sistemas de ventilação mecânica;
7. Deve-se evitar o agendamento de treinos simultâneos com partilha de espaço por equipas diferentes;
8. Na utilização de balneários, chuveiros, sanitários, bem como espaços de tratamentos, massagem, piscinas, saunas, banhos turcos, hidromassagens/jacuzzis e similares devem ser cumpridas as recomendações descritas na Orientação 030/2020 da DGS;
9. A partilha de recipientes e utensílios de bebidas e comidas deve ser totalmente evitado. A utilização de bebedouros deve ser restrita ao enchimento de recipientes individuais;
10. Deve ser mantido um registo, devidamente autorizado, dos funcionários, treinadores e atletas (nome, email e contacto telefónico), que frequentaram os espaços de treino e competição, por data e hora (entrada e saída), para efeitos de apoio no inquérito epidemiológico da Autoridade de Saúde, se aplicável;
11. Os funcionários, treinadores e atletas devem efetuar a auto monitorização diária de sinais e sintomas e abster-se de ir trabalhar, treinar ou competir, se surgir sintomatologia compatível com COVID-19. Devem igualmente contactar o SNS 24 (808 24 24 24), ou outras linhas específicas criadas para o efeito.

ARTIGO 4º Plano de Contingência COVID-19

1. Todos os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas e Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas que organizem treinos e/ou participem em competições tuteladas pela Associação de Futebol de Viseu devem elaborar um Plano de Contingência próprio para a COVID-19, focado nas atividades de treino e competição. Todos os agentes desportivos envolvidos em treinos e/ou competições devem ter conhecimento das medidas nele descritas.
2. O Plano de Contingência deve estar disponível para partilha e consulta por parte da respetiva Autoridade de Saúde territorialmente competente, e deve ser atualizado sempre que necessário.

3. A AF Viseu reserva-se no direito de solicitar o respetivo Plano de Contingência a qualquer momento.
4. Do Plano de Contingência deve constar:
 - a) Os locais de treino e competição;
 - b) As condições de higiene e segurança dos locais de treino e competição, incluindo a lotação máxima, referentes às instalações sanitárias, balneários, ginásios, salas de tratamento, bem como os respetivos procedimentos de limpeza e desinfeção;
 - c) A identificação da área de isolamento e circuitos a adotar perante a identificação de um caso suspeito de COVID-19;
 - d) As ações de formação no âmbito da COVID-19 a proporcionar a todos os praticantes desportivos, equipas técnicas, funcionários, colaboradores e outros, nomeadamente forma de identificação e atuação perante uma pessoa com suspeita de COVID-19;
 - e) O contacto atualizado da Autoridade de Saúde territorialmente competente;
 - f) A identificação de um agente desportivo designado, e seu substituto para os impedimentos, devidamente qualificado para a articulação com a Autoridade de Saúde;
 - g) Número de pessoas e respetivas funções envolvidas na organização de competições na condição de visitado.

ARTIGO 5º Código de Conduta / Termo de Responsabilidade

Todos os atletas e equipas técnicas devem assinar um Código de Conduta ou Termo de Responsabilidade (Anexo 1), no qual é assumido o compromisso pelo cumprimento das medidas de prevenção e controlo da infeção por SARS-CoV-2, bem como o risco de contágio por SARS-CoV-2 durante a prática desportiva, em contexto de treinos e competição.

ARTIGO 6º Presença de público, e Plano de testagem ao SARS-CoV-2

1. A presença de público nos eventos desportivos está autorizada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2021](#), de 30 de julho de 2021, e pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2021](#), de 27 de novembro, de acordo com as orientações específicas da DGS.
2. A ocupação dos lugares sentados pode ser realizada em conformidade com a capacidade total licenciada do recinto desportivo.

3. Quando o recinto não tenha lugares individuais sentados, a lotação fixa do mesmo deve ser objeto de determinação conjunta entre a entidade licenciadora da lotação, a Autoridade de Saúde territorialmente competente e as Forças de Segurança – PSP ou GNR do território.
4. A presença de público deve obedecer às seguintes regras:
 - i. Cada recinto desportivo deve ter um Plano de Contingência COVID-19 que inclua presença de público nos eventos desportivos nele realizados;
 - ii. A Organização garante um número de Assistentes de Recintos Desportivos em número suficiente para que os espectadores se acomodem e se mantenham nos seus lugares sentados e utilizem adequadamente as máscaras;
 - iii. O horário de entrada para o evento deve ser alargado, de forma a evitar aglomerados de pessoas e filas de espera extensas, reduzindo e fracionando a afluência de espectadores até ao início do espetáculo.
 - iv. Recomenda-se que as entradas e saídas tenham circuitos próprios, reduzindo o contacto e o cruzamento de pessoas;
 - v. Recomenda-se que durante os intervalos dos eventos desportivos, a circulação de pessoas do público seja reduzida;
 - vi. A utilização adequada e permanente da máscara facial é obrigatória. A Organização deve garantir que todos os colaboradores e público dispõem de máscaras no momento de entrada no recinto, no decorrer do evento e no momento de saída do recinto desportivo.
 - vii. No local do evento, o Organizador deve garantir a existência de contentores adequados e em número suficiente para o depósito de máscaras;
 - viii. O recinto desportivo, sempre que seja em ambiente fechado, deve ser ventilado de forma natural. Pode também ser utilizada ventilação mecânica de ar (sistema AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado);
 - ix. Nas entradas, saídas e pontos estratégicos do local do evento, sempre que aplicável, devem ser afixadas, de forma visível, as medidas de prevenção e controlo de infeção a cumprir, nomeadamente:
 - a) Automonitorização de sintomas, com abstenção de participação caso surjam sintomas sugestivos da COVID-19;
 - b) Sinalética dos circuitos de circulação, regras de acesso e de utilização dos mesmos;
 - c) Distanciamento físico entre pessoas na sua mobilidade evitando aglomerados;

- d) Uso correto de máscara por todas as pessoas, colocada em permanência;
 - e) Cumprimento de medidas de etiqueta respiratória e abstenção de contactos na presença de sintomatologia sugestiva de COVID-19;
 - f) Lavagem ou desinfeção das mãos
- x. Devem ser minimizados os riscos de aglomeração de pessoas fora do recinto desportivo.
5. O acesso de espetadores a eventos desportivos, cuja capacidade se espera **menor ou igual** a 1000 em pavilhão, ou **menor ou igual** a 5000 em estádio, exige que se apresente prova de:
- i. Certificado Digital COVID-19 da União Europeia válido admitido nos termos do Decreto-Lei nº 54 A/2021, de 25 de junho (certificado de esquema vacinal completo do respetivo titular, há pelo menos 14 dias, com uma vacina contra a COVID-19 aprovada pela Comissão Europeia; certificado de recuperação de infeção por SARS-CoV -2, na sequência de um resultado positivo num teste laboratorial realizado há mais de 11 dias e menos de 180 dias; ou certificado de teste laboratorial ao SARS-CoV-2 com resultado negativo - Teste rápido de antigénio (TRAg; 48 h de validade), ou teste de amplificação de ácidos nucleicos (TAAN; 72 h de validade); ou
 - ii. Comprovativo de vacinação que ateste o esquema vacinal completo do respetivo titular, há pelo menos 14 dias, com uma vacina contra a COVID-19 aprovada pela Comissão Europeia; ou
 - iii. Comprovativo de teste laboratorial ao SARS-CoV-2 com resultado negativo, de acordo com as normas e orientações da DGS:
 - a) TRAg realizado nas 48 h anteriores ao início do evento;
 - b) TAAN (tais como RT-PCR, RT_PCR em tempo real, ou teste molecular rápido) realizado nas 72 h anteriores ao início do evento.
 - c) O promotor do evento poderá, adicionalmente, implementar um sistema de supervisão da realização de testes rápidos de antigénio na modalidade de autoteste (colheita nasal), nos termos da Circular Informativa Conjunta 011/DGS/INFARMED/INSA/100.20.200.

6. O acesso ao evento desportivo para participantes e espetadores, cuja capacidade se espera **maior** que 1000 em pavilhão, ou **maior** que 5000 em estádio, exige que se apresente prova de:
 - i. Certificado Digital COVID-19 da União Europeia válido apenas nas modalidades de certificado de recuperação ou de certificado de teste negativo; ou
 - ii. Comprovativo de teste laboratorial ao SARS-CoV-2 com resultado negativo, de acordo com as normas e orientações da DGS:
 - a) TRAg realizado nas 48 h anteriores ao início do evento;
 - b) TAAN (tais como RT-PCR, RT_PCR em tempo real, ou teste molecular rápido) realizado nas 72 h anteriores ao início do evento.
 - c) O promotor do evento poderá, adicionalmente, implementar um sistema de supervisão da realização de testes rápidos de antigénio na modalidade de autoteste (colheita nasal), nos termos da Circular Informativa Conjunta 011/DGS/INFARMED/INSA/100.20.200.
7. Para efeitos do número anterior, ficam isentos da apresentação do Certificado Digital COVID da União Europeia na modalidade de certificado de teste negativo ou do comprovativo de teste laboratorial ao SARS-CoV-2 com resultado negativo os espectadores que demonstrem ter sido vacinados, há pelo menos 14 dias, com uma dose de reforço de uma vacina contra a COVID-19, considerando -se como tal uma dose de uma vacina contra a COVID-19 administrada para além do esquema vacinal completo conforme definido no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 54 - A/2021, de 25 de junho, na sua redação atual.
8. Para demonstração da vacinação com a dose de reforço referida no número anterior podem ser utilizados:
 - i. Certificado Digital COVID da União Europeia na modalidade de certificado de vacinação que já incluía a dose de reforço há pelo menos 14 dias; ou
 - ii. Comprovativo de vacinação que ateste o esquema vacinal completo do respetivo titular e da respetiva dose de reforço, há pelo menos 14 dias, com uma vacina contra a COVID-19 aprovada pela Comissão Europeia.
9. Os números 5 e 6 não são aplicáveis a menores de 12 anos.
10. Adicionalmente aos números 5 e 6, e de acordo com a Orientação 036/2020 da DGS, a extensão da realização de testes às equipas técnicas e demais intervenientes (atletas, árbitros, etc.) deve

ser alvo de uma avaliação de risco e definida pelas federações, clubes e entidades promotoras da prática da atividade desportiva.

11. A Associação de Futebol Viseu, mediante indicações da Direção Geral de Saúde e das Autoridades de Saúde, analisará, ao longo da época 2021/2022, a situação epidemiológica a nível nacional, regional e local, e informará as equipas e atletas que podem ser alvo de testes laboratoriais, no sentido de garantir uma maior vigilância aos clubes localizados em zonas com transmissão comunitária ativa de SARS-CoV-2.
12. Não obstante o plano de testes laboratoriais da Associação de Futebol de Viseu, os Clubes, SAD, SDUQ devem elaborar e organizar o seu próprio plano de testes laboratoriais ao SARS-CoV-2, tendo em consideração a análise da situação epidemiológica nacional, regional ou local, ficando a seu cargo os custos dos mesmos.
13. A Organização deve dispor de um Plano de Operacionalização e Verificação do Certificado Digital COVID da EU, ou de comprovativo de vacinação, ou da testagem relativamente a todo o público presente no recinto desportivo.
14. Todos os testes laboratoriais ao SARS-CoV-2 devem ser realizados de acordo com a Norma 019/2020 da DGS, e notificados na plataforma SINAVE-Lab, nos termos da Lei n.º 81/2009, de 21 de agosto.

ARTIGO 7º Operações relacionadas com competições e media

1. No que respeita às operações de jogo, determina-se a suspensão dos seguintes procedimentos:
 - a) cumprimento inicial entre as equipas e a equipa de arbitragem, através de aperto de mão;
 - b) acompanhamento da entrada das equipas por *player escorts*;
 - c) reunião organizacional nos casos em que seja nomeado delegado ao jogo pela AF Viseu, salvo se existirem condições para que a mesma seja realizada ao ar livre.
 - d) deve ser mantido um registo, devidamente autorizado, dos funcionários, equipas técnicas e praticantes (nome, email e contacto telefónico), que frequentaram os espaços de prática de desporto, por data e hora (entrada e saída), para efeitos de apoio no inquérito epidemiológico da Autoridade de Saúde.

ARTIGO 8º Participação em competições internacionais

1. Os clubes que participem em competições internacionais de futebol, futsal e futebol de praia devem cumprir com as normas e recomendações do *UEFA Return to Play Protocol* (se aplicável), e com as das Autoridades de Saúde dos locais onde decorrem as competições.
2. A presença de público nestas provas, em território nacional, obedece aos critérios descritos no artigo 6.º.

ARTIGO 9º O impacto da COVID-19 nas competições

1. Nas competições tuteladas pela AF Viseu, os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas, Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas têm o dever de informar o Departamento de Competições da AF Viseu, através da linha de atendimento, ou através do correio eletrónico competicoes@afviseu.pt, sobre a existência de casos positivos ou de agentes desportivos em isolamento profilático determinado pelas Autoridades de Saúde que possam comprometer a realização de treinos e competições.
2. Os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas, Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas têm de fazer prova através de comprovativos de atendimento nos serviços de saúde, de realização de testes ao SARS-CoV-2, ou de documentos oficiais de doença ou isolamento profilático emitidos pelos serviços de saúde, a entregar em momento a definir pela AF Viseu.
3. A AF Viseu adiará um jogo se mais de 50 por cento do número de jogadores habilitados para a prova não puder competir por motivo relacionado com COVID-19, ou numa percentagem inferior desde que o mesmo impeça a equipa de iniciar o jogo com treze atletas no Futebol de 11, onze no Futebol de 9, nove no futebol de 7 e sete atletas no futsal, e sempre com o mínimo de um guarda-redes incluído. No caso das competições seniores, os jogadores habilitados referem-se somente a jogadores seniores específicos da equipa em causa. O clube tem de fazer prova documental do impedimento de jogar através de Certificados de Incapacidade Temporária (em caso de COVID-19; emitidos pelo Médico Assistente) e/ou de Declarações de Isolamento Profilático (em caso de contacto de exposição; emitidos pela Autoridade de Saúde), a entregar em momento a definir.

4. Caso uma equipa se encontre nas condições previstas no número anterior, os jogos agendados para a última jornada de cada fase podem realizar-se em dias e horas diferentes dos demais jogos.

ARTIGO 10º Procedimentos perante caso positivo de COVID-19

1. Todos os casos positivos (sintomáticos ou não) de infeção por SARS-CoV-2 devem, de imediato, ser comunicados à Autoridade de Saúde territorialmente competente e notificados na plataforma [SINAVE-Med](#) nos termos da [Lei n.º 81/2009 de 21 de agosto](#).
2. O caso positivo deve ser isolado, ficando impossibilitado de participar em treinos e competições até à determinação do fim do isolamento nos termos do aplicável da Norma 004/2020 da DGS.
3. Os atletas e equipas técnicas da equipa na qual foi identificado um caso positivo são contactos de um caso confirmado. Contudo, a implementação das medidas de prevenção e controlo de infeção e, complementarmente, da realização de testes nos termos indicados na Norma 015/2020 da DGS, minimiza o risco de contágio por SARS-CoV-2, entre os praticantes e equipas técnicas, pelo que a identificação de um caso positivo não torna, por si só, obrigatório o isolamento coletivo das equipas.
4. A determinação de isolamento de contactos (de praticantes e outros intervenientes), a título individual, é feita pela da Autoridade de Saúde territorialmente competente, nos termos da legislação vigente e do previsto na Norma 015/2020 da DGS.
5. Os departamentos clínicos dos clubes devem fazer a vigilância clínica dos contatos do caso positivo, garantindo o acompanhamento clínico e o registo diário da informação, sem prejuízo da atuação da Autoridade de Saúde territorialmente competente.

ARTIGO 11º Procedimentos perante caso suspeito

1. Se for detetado um caso suspeito, de acordo com os sinais e sintomas previstos na Norma 004/2020 da DGS, este deve ser encaminhado por um só funcionário para a área de isolamento, através dos circuitos definidos no Plano de Contingência específico e próprio para a COVID-19, garantindo que o mesmo é portador de máscara.
2. A sala/área de isolamento deve ter disponível um kit com água e alguns alimentos não perecíveis, produto desinfetante de mãos, toalhetes de papel, máscaras cirúrgicas, e, sendo possível, acesso a instalação sanitária de uso exclusivo.

3. Na área de isolamento, deve ser efetuada uma avaliação clínica preliminar e decidido o encaminhamento adequado para um serviço de saúde e/ou testagem laboratorial ao SARS-CoV-2. Simultaneamente, devem ser cumpridos os procedimentos definidos no Plano de Contingência existente e os procedimentos de limpeza e desinfeção, de acordo com a [Orientação n.º 014/2020](#) da DGS.

Eu, _____ portador do documento de identificação n.º _____ agente desportivo federado da modalidade de _____ no clube _____, com residência habitual no concelho de: _____, declaro por minha honra, que:

- 1.** Adotarei um comportamento socialmente responsável, cumprindo de forma exemplar as medidas gerais recomendadas pela Direção-Geral da Saúde, na minha vida em sociedade e durante a prática desportiva, designadamente, a etiqueta respiratória, a higienização frequente das mãos, e, sempre que aplicável, o distanciamento físico e a utilização de máscara;
- 2.** Comprometo-me a utilizar máscara em todas as situações previstas e recomendadas pelas autoridades de saúde;
- 3.** Monitorizarei os meus sinais e sintomas, nomeadamente febre, tosse e dificuldade respiratória, durante a prática desportiva, quer em contexto de treino quer em competição, em particular, nas vésperas e no dia do treino e competição;
- 4.** Informarei o meu clube ou federação, de imediato, relativamente a eventuais contactos com indivíduos suspeitos de COVID-19 ou com casos confirmados de infeção por SARS-CoV-2, bem como da manifestação de sinais e sintomas de COVID-19, nomeadamente febre, tosse, ou dificuldade respiratória. Aplicarei esta mesma regra a todos os elementos do meu agregado familiar;
- 5.** Aceito submeter-me a todos os testes e exames laboratoriais determinados pela equipa médica do meu clube, federação ou pelas Autoridades de Saúde;
- 6.** Participarei, sempre que solicitado, nas iniciativas de cariz social e educativo de sensibilização de todos os agentes desportivos e da sociedade para a prevenção e controlo da COVID-19.

_____ de _____ 20____

Assinatura do Agente Desportivo

Assinatura do Encarregado de Educação

(no caso de agentes desportivos menores de idade)

REIFIL s.a

